

**MAZZUCHELLI, FEDERICO.
OS ANOS DE CHUMBO: ECONOMIA E
POLÍTICA INTERNACIONAL NO ENTREGUERRAS.
CAMPINAS: UNESP-FACAMP, 2009. 429 p.***

Rogério Arthmar¹

Em vista da dimensão da crise financeira da atualidade, não poderia ser publicado em momento mais oportuno o livro do Professor Frederico Mazzucchelli, *Os anos de chumbo: economia e política internacional no entreguerras*. O título, por si, informa de antemão que o conteúdo privilegia não apenas a instância estritamente econômica, mas também a política, pois nessa esfera, tanto em nível doméstico quanto na arena diplomática mundial, sucederiam eventos decisivos que culminariam nos dois maiores enfrentamentos bélicos da humanidade. A obra contém dez ensaios sobre temas fundamentais da metade inicial do século XX, ressaltando a precariedade do arranjo estrutural vivenciado pela economia internacional no pós-Primeira Guerra Mundial. Embora o prefácio mencione a possibilidade de leitura isolada dos capítulos, resulta impraticável ao interessado deixar de lado uma única página do livro em vista da relevância dos assuntos selecionados.

Dois aspectos de *Os anos de chumbo* lhe conferem consistência singular. Inicialmente, a preocupação do autor em reconstituir, já no Capítulo 1, os antecedentes históricos da economia internacional durante o século XIX. Esse é o tempo em que a Inglaterra assume a condição de maior potência industrial do planeta, o liberalismo passa a reger sua política interna, consolidam-se os impérios coloniais europeus e o sistema de padrão-ouro alcança abrangência máxima. Nas décadas finais dessa era de expansão, os Estados Unidos e a Alemanha firmam-se igualmente como economias de industrialização retardatária, porém de vanguarda em termos tecnológicos, gerenciais e de escala de produção, fenômeno com impacto de largo alcance no século seguinte, notadamente no acirramento da concorrência entre as potências europeias nos anos anteriores a 1914: “A competição pelo poder entre as nações, a exacerbação do nacionalismo e a rigidez do sistema de alianças revelavam a precariedade do equilíbrio internacional” (Mazzucchelli, 2009, p. 48).

* Texto recebido em 03/04/2012 e aprovado em 18/04/2012.

¹ Doutor em Economia pela FEA-USP e professor associado do Departamento de Economia e do Mestrado em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. Contato: arthmar@npd.ufes.br.

No Capítulo 2 são apresentados os fatores determinantes para a Primeira Guerra, seus efeitos econômicos e geopolíticos na nova conformação do espaço europeu, bem como a fragilidade do concerto internacional divisado pelos governantes Aliados em Versalhes. Os Capítulos 3 e 4 reconstroem os dilemas políticos, financeiros e econômicos de Inglaterra e França em sua dura jornada em favor da retomada e, posteriormente, do abandono do padrão-ouro, decidido sob o impacto devastador da Grande Depressão. Os Capítulos 5 e 8 tratam da economia alemã, cobrindo da República de Weimar ao domínio nazista, com destaque ao explosivo problema das reparações e, adiante, à política anticíclica de Adolf Hitler, apoiada na compressão do consumo, na centralização cambial e na expansão do investimento público, o qual viria a privilegiar o rearmamento nacional após o II Plano Quadrienal de 1936.

Nos Capítulos 6 e 7 são examinadas as flutuações econômicas nos Estados Unidos no intervalo, análise precedida por importante panorama da portentosa expansão industrial do país depois da Guerra da Secessão. Mazzucchelli discute o envolvimento do colosso norte-americano na Primeira Guerra Mundial, a recessão de 1920-1921, a expansão de 1923-1929 (*the roaring twenties*) e, por fim, a Grande Depressão. A causa maior da crise deflagrada em 1929, segundo ele, teria residido na profunda reversão das expectativas otimistas dos investidores, ocasionada pela *débâcle* da valorização financeira do capital em *Wall Street* e agravada, em seguida, pela desorganização do sistema bancário do país. O *New Deal* recebe atenção especial do autor, que traça em detalhes os desdobramentos da nova visão administrativa do governo comandado pelo Presidente Franklin D. Roosevelt no tocante à regulação do sistema financeiro, ao apoio à agricultura, à política industrial de promoção da concorrência e, por fim, à promulgação de leis inéditas voltadas ao estabelecimento do novo estado de bem-estar.

Os Capítulos 9 e 10 são dedicados à apresentação dos antecedentes políticos e ao escrutínio, não apenas das implicações econômicas, mas também do calamitoso impacto humano da Segunda Guerra Mundial. “Os combates militares, os bombardeios as execuções, o extermínio dos povos, a fome, as doenças, os campos de concentração, os trabalhos forçados, as fugas e os deslocamentos resultaram na morte de cerca de 37 milhões de pessoas, tão somente na Europa” (Mazzucchelli, 2009, p. 344). Em contraste com esse cenário sombrio, ao final do capítulo é realçado o ambiente de paz e de reconstrução possibilitado pela materialização da hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos, condição indispensável para o progresso de um capitalismo internacional regulado, doravante, pelos Estados nacionais: “O aspecto mais relevante é que, por quase três décadas, em meio às tensões e rusgas da Guerra Fria – e, *sobretudo com memória viva do passado* – o capitalismo demonstrou enorme capacidade de crescimento em termos mundiais” (Mazzucchelli, 2009, p. 419, *italicos no original*).

Uma segunda característica da obra a ser salientada diz respeito à preocupação do autor em reconstituir os principais indicadores econômicos dos países estudados,

respaldando nas séries de produção, de preços e das contas externas, entre outras, a análise dos fatos contemplados no livro. Apesar da fragilidade inevitável de alguns números em virtude da prática pouco comum de mensuração dos agregados econômicos nos anos em tela, o procedimento é essencial para deslindar as tendências estruturais daquele tempo, permitindo o confronto inevitável entre certas teses sobre os fenômenos de então, discutidas ao longo dos capítulos, e os dados correspondentes. A utilidade de tal opção metodológica revela-se, por exemplo, na seção dedicada às causas da hiperinflação alemã, quando o pagamento das reparações, comumente responsabilizado pela depreciação do marco entre 1919 e 1923, tem sua culpa expiada por conta da constatação de que, até o advento do Plano Dawes, a Alemanha de fato transferira valores reduzidos nesta rubrica, tanto em moedas fortes quanto em matérias-primas e carvão. Crucial, no processo de derrocada do câmbio, conforme Mazzucchelli, teria sido a fragilidade estrutural da economia germânica no pós-guerra, motivo último da evasão de capitais: “A moeda, como sabemos, é acima de tudo uma convenção fundada na confiança. E era exatamente a confiança que faltava à Alemanha nos anos que se seguiram ao final do conflito” (2009, p. 147).

A combinação entre a história e as estatísticas ajuda a explicar, igualmente, um dos eventos centrais da época: o retorno da Inglaterra ao padrão-ouro na antiga cotação de US\$4,86 dólares por libra esterlina. A decisão impôs imenso ônus ao país, uma vez que a moeda britânica encontrava-se sobrevalorizada em relação ao dólar devido à inflação de guerra, impondo grande dificuldade à indispensável expansão das exportações nacionais e ampliando o déficit comercial de £153 milhões em 1913 para uma média de £398 milhões entre 1924-1929. Ocorre, entretanto, que o balanço de pagamentos da Inglaterra, às vésperas do conflito, era largamente superavitário nas transações invisíveis, ou seja, nos seguros e comissões, nos fretes marítimos e nos lucros e dividendos recebidos dos capitais acumulados no exterior, perfazendo tudo isso £346 milhões em 1913, valor suficiente para cobrir inclusive a totalidade das novas exportações de capitais (Deane e Cole, 1969, p. 36-38). Ou seja, a economia britânica se transformara em uma nação rentista, na qual as considerações das indústrias tradicionais (têxteis, mineração, ferro e aço e transportes) encontravam-se subordinadas aos interesses financeiros.

Do ponto de vista histórico, após o intervalo de restrição nos pagamentos em espécie durante as Guerras Napoleônicas (1797-1815), a Inglaterra atravessou forte processo deflacionário e retomou a conversibilidade plena da moeda em 1821, medida que concorreria para consolidar a liderança financeira britânica no contexto mundial durante o século XIX (Fetter, 1965, caps. II-IV). Mazzucchelli destaca este aspecto com clareza:

Entre 1870 e 1890, a preeminência de Londres como centro financeiro internacional era indiscutível: quer no financiamento do comércio internacional, quer nos empréstimos

aos países, quer na gestão do padrão monetário internacional – cuja cúspide era o Banco da Inglaterra – era *Lombard Street* que coordenava as finanças internacionais. (Mazzucchelli, 2009, p. 42)

Não fosse isso o bastante, o Diretor Geral do Banco da Inglaterra, Montagu Norman, temia que a demora do país em restabelecer a cotação do pré-guerra abrisse espaço irreversível ao dólar como nova moeda de referência universal dos negócios. Devido a isso, os representantes da instituição buscaram dominar a seção financeira da Liga das Nações, encarregada da reconstrução de diversas economias europeias, como forma de amarrar as novas moedas nacionais à libra, para inconformismo dos franceses (Orde, 1990, p. 299-315; Péteri, 1992). Ou seja, não faltavam razões à Inglaterra para retornar ao padrão-ouro, constituindo matéria de debate apenas a data e a taxa de câmbio mais convenientes para tanto².

A importância do conteúdo tratado em *Os anos de chumbo* enseja alguns comentários adicionais a propósito da interpretação do autor sobre determinados eventos contemplados no correr da obra. A avaliação negativa do desempenho econômico da França no período, julgada uma “nau sem rumo”, deve seguramente ser atenuada, em particular no que se refere à estratégia francesa para o problema das reparações, qualificada como “descabida” e “tosca” (Mazzucchelli, 2009, p. 95). A França, cumpre assinalar, enfrentava situação extremamente delicada durante o pós-guerra. Como registrado na abertura do terceiro capítulo do livro, a destruição material e as perdas humanas da nação francesa, principal palco do conflito no front ocidental, foram imensas, enquanto a Alemanha, não obstante as defecções territoriais e as baixas nos campos de batalha, permaneceu com a sua capacidade produtiva industrial praticamente intocada³. Além disso, o alto comando alemão concebia a frustrada ofensiva de 1818 como indispensável à ocupação da Bélgica e à incorporação de territórios essenciais às investidas futuras do Império Germânico. “Se a Alemanha alcançar a

² A discordância de Keynes com a decisão de Churchill se localizava justamente neste último ponto, pois a retomada da paridade do pré-guerra haveria resultado em sobrevalorização da libra, com o aprofundamento do déficit comercial, a necessidade de juros elevados para a atração de capitais, a redução do investimento interno e o conseqüente agravamento do desemprego. Keynes, porém, não ousou recomendar o abandono da conversibilidade, propondo unicamente uma política de crédito fácil e a transferência de ouro para os Estados Unidos como forma de elevar os preços norte-americanos (Keynes, [1931] 1970).

³ “Ao final das hostilidades, a produção industrial na França encontrava-se em nível muito reduzido. Isso era de se esperar. As principais plantas industriais do país, situadas no norte devastado, haviam sido danificadas ou destruídas. Os mercados nacionais estavam em estado caótico [...] A moeda era instável; a mão-de-obra encontrava-se insatisfeita” (Ogburn e Jaffé, 1929, p. 93). A contabilidade da tragédia foi alarmante: 1,3 milhões de mortos por fogo inimigo, 2,8 milhões de feridos, 600 mil inválidos e 60 mil amputados; 564 mil usinas, prédios e edificações destruídos ou danificados, 3,2 milhões de hectares arruinados, a produção de carvão reduzida em 36%, a de aço em 61% e a de cereais em 40%, comparando-se 1919 com 1913 (Chasteney, 1970, p. 15-17).

paz sem conquistas, ela haverá perdido a guerra”, declarou o general Erich Ludendorff em fevereiro daquele ano (Koeltz, 1927, p. 160). Ou seja, a perspectiva de nova conflagração já era admitida nos altos escalões militares alemães mesmo na hipótese de vitória sobre os Aliados. Para os políticos franceses, configurava-se, portanto, questão vital reerguer o país, retardar o avanço da Alemanha e preservar a todo custo a aliança com a Inglaterra e os Estados Unidos como penhor da soberania nacional.

Apesar do rodízio constante no cargo de *premier*, especialmente na década de 1920, dois nomes dominaram a cena política francesa naqueles anos, Aristide Briand (1862-1932) e Raymond Poincaré (1860-1934) (Yvert, 2002, p. 409-423 e p. 431-435). O primeiro chefou o maior número de gabinetes na história do país, tendo, além disso, assumido diversas vezes a pasta dos Assuntos Estrangeiros, marcando a sua atuação diplomática junto à Alemanha como um apaziguador e revisionista, circunstância que, frequentemente, lhe rendeu a oposição ferrenha da direita nacionalista do *Bloc National*⁴. Ciente da fragilidade francesa, procurou estabelecer um entendimento pessoal com o primeiro-ministro alemão e, após, chanceler, Gustav Stresemann, a fim de mitigar as tensões permanentes entre os respectivos povos, levando os germânicos à Liga das Nações e tendo sido, inclusive, um dos pioneiros na proposta de aprofundamento da integração política e econômica europeia⁵. Quanto a Poincaré, há que se levar em conta as condições difíceis que cercaram sua decisão de invadir o Ruhr. Os indispensáveis carregamentos de carvão para o suprimento da indústria francesa escassearam no ano de 1923, enquanto os alemães requisitavam moratória de todos os tipos de transferências até 1924. Além disso, o primeiro pagamento efetivo de reparações à França fora inteiramente repassado à Bélgica e daí destinado a amortizar os empréstimos de guerra junto aos ingleses. A questão toda, de resto, girava em torno de um impasse quase insuperável: a Alemanha só poderia honrar os pagamentos à França com créditos dos bancos norte-americanos que, por sua vez, exigiam redução no montante das reparações. Mas a França não dispunha de margem de manobra para tanto sem diminuição correspondente nos débitos aliados, recusada liminarmente pelo governo norte-americano. Ao aceitar, com as tropas francesas em solo alemão e

⁴ O prêmio Nobel da Paz foi concedido a Briand e Stresemann, em 1926, devido à assinatura do Pacto de Locarno no ano anterior, garantindo as fronteiras europeias definidas pelo Tratado de Versalhes. O político francês não compareceu à cerimônia, mas comunicou por seu representante: “Nenhum reconhecimento pode ser mais precioso para mim do que este que agora coroa o esforço mais importante de minha vida pública, ao qual me dediquei com todas as forças, a promoção do seu [Comitê Nobel] ideal de paz” (Briand, 1926).

⁵ “Encontrar-nos-emos, em pouco tempo, cercados por duas potências formidáveis, os Estados Unidos e a Rússia. Você pode ver muito bem a necessidade de constituição dos Estados Unidos da Europa”, declarou Briand ao seu colaborador no *Quai d’Orsay*, Jules Laroche, durante a Conferência de Cannes em 1922 (Chasteney, 1970, p. 111).

um mês após a capitulação do governo em Berlim, que as reparações fossem definidas pelo Comitê Dawes, o que significava corte substancial no valor devido total, Poincaré mostrou-se, em verdade, um moderado entre seus incendiários companheiros da maioria parlamentar (Bonnefous, 1968, p. 388-396; Maier, 1988, p. 387-414)⁶. A intolância perante o tema das reparações, se descreve corretamente a atitude de parte considerável da nação francesa à época, não pode ser atribuída, contudo, sem as qualificações necessárias, às principais lideranças do país nos anos de 1920.

Ainda, no Capítulo 7, dedicado ao *New Deal*, é descartada a conhecida tese de Peter Temin de que a desvalorização do dólar realizada em 1933 haveria sinalizado mudança radical de regime, com o potencial se indicar aos agentes privados a adoção de uma nova política econômica expansionista e inflacionária (Temin e Wigmore, 1990). De acordo com Mazzucchelli:

O argumento de Temin supõe um nível de clareza e de coerência programática que nem Roosevelt nem os *new dealers* tinham, ou sequer podiam ter. Supõe, ademais, um grau de coesão política e de confiança na comunidade de negócios nos rumos da administração democrática, que sempre esteve longe de existir. (Mazzucchelli, 2009, p. 230)

A afirmação se afigura correta no seu aspecto histórico, mas o argumento de Temin é, mais propriamente, uma tentativa de elucidar a reversão do ciclo em curto prazo, ou seja, de mostrar porque a depressão deixou de se aprofundar nos Estados Unidos após a posse de Roosevelt. Em versão mais recente, Eichengreen e Temin (2000) sustentam, em tom menos dramático, que a desvalorização teria representado o abandono das regras rígidas do padrão-ouro, inviabilizadas pela ascensão das massas ao processo eleitoral, abrindo assim espaço crítico para políticas anticíclicas que priorizavam a economia doméstica em vez da paridade da moeda.

No que respeita ao final da Grande Depressão, Mazzucchelli minimiza o papel dos investimentos privados e atribui a recuperação da economia norte-americana, verificada em 1934-1937, à combinação de uma série de fatores, entre eles a ampliação dos gastos públicos, o crescimento real dos salários, a elevação da renda agrícola, a redução nas taxas de juros, a estabilização do sistema bancário e o abandono explícito das políticas deflacionárias do padrão-ouro (Mazzucchelli, 2009, p. 232). Nesse rol, contudo, pode ser incluído um fator adicional. Até mesmo os estudos mais recentes, ressaltando a importância da política fiscal de Roosevelt em reorientar a economia para uma nova fase expansiva, reconhecem que o estímulo, apesar de sua importância, foi insuficiente

⁶ Moderação semelhante seria evidenciada novamente por Poincaré no ano de 1926, durante o processo de estabilização da moeda quando, perante a insistência do diretor geral do Banco do França, Emile Moreau, aceitou, contra a sua vontade pessoal, uma desvalorização de 80% na cotação do franco (Blancheton, 2001, p. 383-414).

para responder pela totalidade do processo⁷. Embora a razão entre o consumo e o investimento privado tenha declinado no intervalo, de acordo com Mazzucchelli, os dados por ele compilados mostram que entre o fundo da Grande Depressão, em 1933, e o auge da retomada, em 1937, o consumo pessoal cresceu em média 6,5% ao ano, enquanto a formação de capital se expandiu a uma taxa aproximadamente quatro vezes superior, com média anual de 24,5% (Mazzucchelli, 2009, p. 233, Tabela 7.1). O crescimento da oferta monetária na economia norte-americana após 1933, motivado pelo elevado influxo de ouro do exterior, como observou Christina Romer (1992), permitiu, de uma parte, queda nas taxas de juros nominais, e de outra recuperação dos preços, resultando em taxas de juros reais negativas no período e alta progressiva do consumo de bens duráveis e do investimento doméstico bruto.

Por fim, merece congratulações o empenho do autor de *Os anos de chumbo* em oferecer ao público análise criteriosa dos eventos de um recorte único da história contemporânea, quando os destinos da humanidade se forjaram no fogo inclemente dos canhões. Ao se debruçarem sobre a obra, as novas gerações de economistas poderão remontar ao século XX e testemunhar como as nações industriais, em um tempo ainda vivo na memória de muitos, enfrentaram desafios de magnitude sem par até os dias de hoje. As lições daquele período, como a crise atual insiste em mostrar, necessitam ser revistas com urgência. O livro do Professor Mazzucchelli atende ao chamado e anuncia a todos: – Presente!

REFERÊNCIAS

- BLANCHETON, B. *Le Pape et l'Empereur. La Banque de France, la direction du Trésor et la politique monétaire de la France (1914-1928)*. Paris: Albin Michel, 2001.
- BONNEFOUS, É. *Histoire politique de la Troisième République*. Tome III. L'après-Guerre (1919-1924). Paris: Presses Universitaires de France, 1968.
- BRIAND, A. *Acceptance speech: The Nobel Peace Prize 1926* (telegram). Disponível em <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1926/briand.html>. Acesso em 30 de março de 2012.
- CHASTENET, J. *Les années d'illusions 1918-1934. Cent ans de République*. Tome Cinquième. Paris: Jules Talandier, 1970.
- DEANE, P.; COLE, W.A. *British economic growth 1688-1959*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

⁷ “O problema com os déficits anteriores à recessão de 1937-1938 não reside no fato de terem sido involuntários, o que é correto, mas na circunstância de não terem sido eles suficientemente amplos para a tarefa. A política fiscal não falhou; ela apenas não foi tentada de maneira adequada” (Perry e Vernengo, 2011, p. 15).

- EICHENGREEN, B.; TEMIN, P. The gold standard and the Great Depression. *Contemporary History Review*, v. 9, n. 2, p. 183-207, 2000.
- FETTER, F.W. *Development of British monetary orthodoxy 1797-1875*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- KEYNES, J.M. The economic consequences of Mr. Churchill. In: POLLARD, S. (ed.) *The gold standard and employment policies between the wars*. London: Methuen, p. 28-43, 1970.
- KOELTZ, L. Les causes de l'effondrement militaire allemand en 1818. *Revue d'Historie de La Guerre Mondiale*, ano 5, n. 1, p. 129-161, 1927.
- MAIER, C.S. *Recasting bourgeois Europe. Stabilization in France, Germany and Italy in the decade after World War I*. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- OGBURN, W.F.; JAFFÉ, W. *The economic development of post-war France. A survey of production*. New York: Columbia University Press, 1929.
- ORDE, A. *British policy and European reconstruction after the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PERRY, N.; VERNENGO, M. What ended the Great Depression? Reevaluating the role of fiscal policy. Levy Economics Institute, *Working Paper*, p. 678, 2011.
- PÉTERI, G. Central bank diplomacy: Montagu Norman and Central Europe's monetary reconstruction after World War I. *Contemporary European History*, v. 1, n. 3, p. 233-258, Nov. 1992.
- ROMER, C.D. What ended the Great Depression? *The Journal of Economic History*, v. 52, n. 4, p. 757-784, Dec. 1992.
- TEMIN, P.; WIGMORE, B. A. The end of one big deflation. *Explorations in Economic History*, n. 27, p. 483-502, 1990.
- YVERT, B. *Premiers ministres et presidents du Conseil depuis 1815. Histoire et dictionnaire raisonné des chefs du gouvernement en France (1815-2007)*. Paris: Perrin, 2002.